

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.668 - MG (2019/0296349-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : J L D (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J L D contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.092714-5/000.

Consta dos autos que o recorrente foi representado perante o Juízo da Infância e da Juventude da Comarca de Divinópolis/MG, pela prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06.

Verifica-se que foi deferida ao adolescente a remissão cumulada com medida socioeducativa de liberdade assistida.

Posteriormente, foi representado por ato infracional análogo ao crime do artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, motivo pelo qual teve decretada sua internação-sanção.

Aduz o recorrente, em breve síntese, que a determinação da internação é nula porque realizada sem a prévia audiência de justificação e sem que tivesse sido oportunizada vista dos autos à Defensoria Pública.

Afirma, ainda, a impossibilidade de decretação da internação em face de suposto descumprimento da medida a ser cumprida em meio aberto aplicada em sede de remissão.

Requer, dessa forma, o provimento do recurso para que seja reconhecida a referida ilegalidade e seja determinada a imediata expedição da ordem de desinternação.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Não obstante, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, examinar a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Ademais, não se pode afirmar, de pronto, que o aresto objurgado seja teratológico ou desarrazoado, tendo a autoridade apontada como coatora destacado que (e-STJ fls. 88-89):

[...]

No dia 05/07/2019, teve decretada sua internação sanção, pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos autos da execução n. 0223.18.001310-2, porque, na ocasião dos fatos que ensejaram o aludido acautelamento provisório, encontrava-se em cumprimento de MSE de liberdade assistida, sendo a imputação daqueles autos também pela prática do delito de roubo majorado (por duas vezes).

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Ainda, segundo informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, quando da audiência de apresentação nos autos 0223.19.007440-9, realizada na data de 26/06/2019, houve oportunidade de justificação, ocasião em que estava presente a Defensora Pública, ora impetrante, não tendo sido acolhidas as justificativas.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de origem, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se e Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator